



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 84, DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, do Senador José Serra, que Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão
RELATOR: Senador Wilder Morais

20 de Junho de 2018

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa e turno suplementar, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, do Senador José Serra, que *altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.*

SF/18913.59996-16

Relator: Senador **WILDER MORAIS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, que atualiza a Lei das Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, em turno suplementar, após a aprovação de substitutivo (Emenda nº 3 – CCJ) apresentado pelo Relator da matéria aprovado em 6 de junho de 2018.

Foram apresentadas as Emendas nº 4-S a 13-S para exame durante o turno suplementar.

As Emendas nº 4-S e 5-S alteram dispositivos da Lei nº 9.637, de 1998, para determinar que poderão ser qualificadas como organizações sociais as entidades sem fins econômicos e não sem fins lucrativos, adaptando a terminologia legal aos termos do Código Civil.

A Emenda nº 6-S estabelece requisitos para qualificação de organizações sociais em termos semelhantes aos previstos na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, como experiência prévia e produção acadêmica, científica ou tecnológica na área.

A Emenda nº 7-S acrescenta art. 17-B à Lei das Organizações Sociais para que sejam instituídos Comitês Gestores para acompanhar a execução dos contratos de gestão.

A Emenda nº 8-S incorpora ao texto legal previsões do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, para estabelecer vedações à celebração do contrato de gestão no caso de a entidade não prestar contas de parceria anteriormente celebrada, tenha entre seus dirigentes pessoas condenadas por improbidade administrativa ou cujas contas foram rejeitadas por corte de contas, para delegação de funções exclusivas de Estado, mera consultoria ou apoio administrativo.

A Emenda nº 9-S propõe a revogação do inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sob argumento de que não haveria mais a possibilidade de contratação em sentido estrito das organizações sociais após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 1.923 (Relator para Acórdão Min. Luiz Fux, j. 16/04/2015).

A Emenda nº 10-S retoma a redação original da Lei nº 13.019, de 2014, e incorpora diversas exigências à Lei das Organizações Sociais. Entre outros, são estabelecidos limites máximos de remuneração dos dirigentes das organizações sociais (70% do limite de remuneração do Poder Executivo federal), e adoção de regulamento de contratação de pessoal por meio de processo público e objetivo.

A Emenda nº 11 estabelece a necessidade de reunião bimestral do Conselho de Administração da organização social e teto de remuneração de seus dirigentes, nos mesmos termos da Emenda nº 10.

A Emenda nº 12 tem por objetivo reduzir o prazo máximo de duração do contrato de gestão de 20 para 5 anos, de modo a harmonizar-se com o prazo máximo dos contratos em geral da Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

A Emenda nº 13 estabelece a necessidade de consulta prévia ao Conselho de Políticas Públicas da respectiva área antes da celebração do contrato de gestão com organização social.

A matéria tramitará apenas nesta Comissão, em turno suplementar, onde deverá obter decisão terminativa.

SF/18913.59996-16

SF/18913.59996-16

II – ANÁLISE

Nos termos dos art. 282 e 283 do Regimento Interno do Senado Federal, sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei em turno único, será ele submetido a turno suplementar quando poderão ser oferecidas emendas nas comissões competentes, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Devem ser acatadas as Emendas nº 4-S e 5-S, uma vez que efetivamente harmonizam a terminologia da Lei das Organizações Sociais ao Código Civil de 2002. De fato, o Código refere-se às associações como entidades sem fins econômicos e não somente sem fins lucrativos. Essa expressão torna a terminologia mais clara.

A Emenda nº 8-S deve ser parcialmente acatada, nos termos de subemenda abaixo apresentada. Há exigências importantes e que aperfeiçoam o texto legal, como a de impedir a celebração do contrato de gestão por organização social que esteja omissa no dever de prestar contas, tenha suas contas rejeitadas, ou cujos dirigentes tenham sido condenados por improbidade administrativa. Também deve ser acatada a previsão de objetos que não serão celebrados por contrato de gestão, como atividades privativas de Estado, ou a prestação apenas de suporte administrativo.

Entretanto, há algumas disposições muito amplas que geram insegurança jurídica ou que se tratam apenas de repetições desnecessárias do que já contemplado na Emenda. Dessa maneira, propõe-se a supressão de alguns dispositivos conforme subemenda abaixo apresentada.

A Emenda nº 6º-S deve ser rejeitada, pois tenta espelhar o regime jurídico da Lei nº 13.019, de 2014, para as organizações sociais, o que é incompatível com as finalidades da Lei nº 9.637, de 1998. Aqui deve haver um pouco mais de flexibilidade, considerando que o poder público muitas vezes incentiva a criação dessas entidades que não tem como comprovar requisitos como as demais entidades sem fins lucrativos. Por essa mesma razão, deve ser rejeitada a Emenda nº 10-S.

A Emenda nº 7-S, ao estabelecer a instituição de Comitês Gestores, prevê a criação de órgão público do Poder Executivo federal, o que é vedado à iniciativa parlamentar, por força do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal. A Emenda nº 13-S deve ser rejeitada pela mesma razão.

A Emenda nº 9-S não pode ser acatada, pois o inciso XXIV da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, apenas estabelece uma decorrência do contrato de gestão, no sentido de afastar a licitação para objetos nele já contemplados. Na prática, tal dispositivo funciona como mecanismo de segurança jurídica para as atividades previstas no contrato de gestão e objetos de contrato específico.

A Emenda nº 11 deve ser rejeitada, pois ela enrijece as atividades das organizações sociais, estabelecendo periodicidade mínima para reuniões que devem ocorrer conforme as necessidades da entidade. Além disso, o PLS já estabelece teto de remuneração compatível com o de mercado, para que, de um lado, não exista uma remuneração excessiva advinda de recursos públicos e, de outro lado, não sejam afastados bons profissionais para desempenho das atividades de direção dessas entidades.

A Emenda nº 12 não pode ser acatada, pois reduz em muito o prazo para celebração dos contratos de gestão. Na verdade, a parceria celebrada pelo contrato de gestão está muito mais próxima da delegação de serviços públicos – que como reconhecida na justificação da emenda exige prazos maiores – do que os demais contratos administrativos. Isso porque há a prestação de serviços perante terceiros e não para a Administração, o que demanda mais tempo para planejamento e execução dessas atividades.

Por fim é necessária emenda de redação à alteração proposta para o § 4º do art. 7º da Lei nº 9.637, de 1998, para que seja trocada a expressão “organização da sociedade civil” – regulada pela Lei nº 13.019, de 2014 - por “organização social” – esta regulada pela Lei nº 9.637, de 1998.

III – VOTO

Diante do exposto, vota-se pela aprovação integral das Emendas nº 4-S e 5-S, pela aprovação da Emenda nº 8-S, nos termos de subemenda abaixo apresentada, pela rejeição das Emendas nº 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S e pela aprovação da emenda de redação abaixo apresentada:

EMENDA N° 14-S - CCJ (Redação)

Dê-se a seguinte redação à alteração proposta ao § 4º do art. 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017:



SF/18913.59996-16

“Art. 7º

.....
.....
§ 4º Caso a organização social adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

”
.....**SUBEMENDA N° 1 - CCJ (à Emenda n° 8-S)**

Dê-se a seguinte redação ao acréscimo do art. 8º-A e do art. 8º-B e suprima-se o acréscimo do art. 9º-A à Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, conforme a Emenda nº 8-S:

“Art. 8-A: Ficará impedida de celebrar contrato de gestão previsto nesta Lei a organização social que:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

II - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

III - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

b) tenha tido as suas prestações de contas avaliadas como irregulares em decorrência de omissão no dever de prestar contas; de prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;


SF/18913.59996-16


SF/18913.59996-16

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar contrato de gestão enquanto não houver o resarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização social ou seu dirigente.

Art. 8º-B: É vedada a celebração de contrato de gestão previsto nesta Lei que tenha por objeto, envolva ou inclua, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia, de fomento ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado;

III - a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER N° , DE 2018

SF/18370.09723-91

De Plenário, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda de redação, em turno suplementar, ao Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, do Senador José Serra, *que altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.*

RELATOR: Senador RANDOLFE RODRIGUES

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Emenda de redação, de autoria do Senador Wilder Morais, ao Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, que atualiza a Lei das Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, após a aprovação de substitutivo (Emenda nº 3 – CCJ) apresentado pelo Senador Wilder e aprovado em 6 de junho de 2018.

De maneira sucinta, a Emenda de redação apresentada apenas realiza a troca do termo “organização da sociedade civil”, no § 4º do art. 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, pela expressão “organização social”.

É o Relatório.



II – ANÁLISE

No tocante à Emenda de redação, recebo integralmente as alterações promovidas, uma vez que se trata de adequação redacional **para que o § 4º do art. 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017** fique absolutamente alinhado à essência da proposição legislativa.

SF/18370.09723-91

III- VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de redação, acatando-a integralmente

É o voto que apresento, Sr. Presidente e nobres Pares, com vistas à deliberação.

Sala da Comissão,

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PROJETO DE LEI DO SENADO N° 427, DE 2017

TURNO SUPLEMENTAR

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no art. 1º, a seguinte alteração ao art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998:

“Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O procedimento de qualificação de que trata o caput será conduzido de forma pública, objetiva e imparcial, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e de acordo com parâmetros fixados em ato do Poder Executivo, observado o disposto no “caput, e nos art. 2º-B e 20 desta Lei.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O PLS 427/2017, na forma do Substitutivo aprovado em primeira votação por esta Comissão, não enfrentou o problema da atual redação do art. 1º da Lei nº 9.637, que não atende ao disposto no atual Código Civil, onde não mais se emprega a expressão “sem fins lucrativos”, mas “fins não econômicos”. Assim prevê o art. 53 do Código Civil:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

SF/18148.45472-98



Com efeito, ter fins “não econômicos” significa que o objetivo de uma entidade é de outra natureza, que não a econômica, como, por exemplo, social, ambiental, cultural etc. A atual redação do Código Civil decorre da própria distinção que hoje existe entre as associações, que são o tipo predominante empregado para a constituição de organizações sociais, e as demais sociedades.

Além disso, para o atendimento à Lei Complementar nº 95, é necessário que o dispositivo explice o conteúdo da norma, e, assim, é necessária a inclusão do parágrafo único, explicitando a sujeição do processo de qualificação aos princípios do “caput” do art. 37 da CF, conforme decidido pelo STF na ADI 1.923.

Senador José Pimentel
PT - CE

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2017****TURNO SUPLEMENTAR****EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, no art. 1º, a seguinte alteração ao inciso I, “b” do art. 2º da Lei nº 9.637, de 1998:

“Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

.....

b) finalidade não econômica, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

..... ”

JUSTIFICAÇÃO

O PLS 427/2017, na forma do Substitutivo aprovado em primeira votação por esta Comissão, não enfrentou o problema da atual redação do art. 1º da Lei nº 9.637, que não atende ao disposto no atual Código Civil, onde não mais se emprega a expressão “sem fins lucrativos”, mas “fins não econômicos”. Assim prevê o art. 53 do Código Civil:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Com efeito, ter fins “não econômicos” significa que o objetivo de uma entidade é de outra natureza, que não a econômica, como, por exemplo, social,

SF/18837.19322-00



ambiental, cultural etc. A atual redação do Código Civil decorre da própria distinção que hoje existe entre as associações, que são o tipo predominante empregado para a constituição de organizações sociais, e as demais sociedades.

Senador José Pimentel
PT - CE



Relatório de Registro de Presença
CCJ, 20/06/2018 às 10h - 22ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria		
TITULARES	SUPLENTES	
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	2. RENAN CALHEIROS	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	3. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
SIMONE TEBET	4. GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	5. WALDEMAR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPLICY	6. ROSE DE FREITAS	
JOSÉ MARANHÃO	7. DÁRIO BERGER	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
JORGE VIANA	1. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	3. REGINA SOUSA	
GLEISI HOFFMANN	4. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
PAULO PAIM	5. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
AÉCIO NEVES	1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
WILDER MORAIS	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
MARIA DO CARMO ALVES	5. JOSÉ SERRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
LASIER MARTINS	1. REDITARIO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
OMAR AZIZ	3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)		
TITULARES	SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. ALVARO DIAS	
LÍDICE DA MATA	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
ARMANDO MONTEIRO	1. RODRIGUES PALMA	
EDUARDO LOPES	2. VICENTINHO ALVES	
MAGNO MALTA	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

PAULO ROCHA
JOSÉ MEDEIROS
PEDRO CHAVES

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Turno Suplementar do PLS 427/2017 (nos termos dos Pareceres)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Maioria	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Maioria	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. ROBERTO REQUIÃO			
EDISON LOBÃO				2. RENAN CALHEIROS			
EDUARDO BRAGA				3. ROBERTO ROCHA			
SIMONE TEBET	X			4. GARIBALDI ALVES FILHO			
VALDIR RAUPP				5. WALDEMIR MOKA			
MARTA SUPLICY				6. ROSE DE FREITAS			
JOSÉ MARANHÃO				7. DÁRIO BERGER			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA				1. HUMBERTO COSTA			
JOSÉ PIMENTEL	X			2. LINDBERGH FARIAS			
FÁTIMA BEZERRA				3. REGINA SOUSA			
GLEISI HOFFMANN				4. HÉLIO JOSÉ	X		
PAULO PAIM				5. ÂNGELA PORTELA			
ACIR GURGACZ				6. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES				1. RICARDO FERRAÇO			
ANTONIO ANASTASIA				2. CÁSSIO CUNHA LIMA			
FLEXA RIBEIRO				3. EDUARDO AMORIM	X		
WILDER MORAIS	X			4. RONALDO CAIADO	X		
MARIA DO CARMO ALVES	X			5. JOSÉ SERRA	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LASIER MARTINS	X			1. REDITARIO CASSOL			
BENEDITO DE LIRA				2. ANA AMÉLIA	X		
OMAR AZIZ				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES	X			1. ALVARO DIAS			
LÍDICE DA MATA				2. JOÃO CABEDEBE			
RANDOLFE RODRIGUES	X			3. VANESSA GRAZZIOTIN	X		
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X			1. RODRIGUES PALMA			
EDUARDO LOPES				2. VICENTINHO ALVES			
MAGNO MALTA				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 15

Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 20/06/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPLICAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Edison Lobão
Presidente



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2017**

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O procedimento de qualificação de que trata o caput será conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e de acordo com parâmetros fixados em ato do Poder Executivo, observado o disposto no “caput, e nos art. 2º-B e 20 desta Lei.”

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

.....

b) finalidade não econômica, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração, ou órgão de direção superior similar, e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

j) no caso de entidade com atividades dirigidas à saúde, avaliação externa por entidade acreditadora, certificadora ou de auditoria, para comprovação de boas práticas de gestão e transparência das organizações sociais.

Parágrafo único. O disposto na alínea i não se aplica ao patrimônio, bens ou direitos preexistentes da entidade, anteriores a sua qualificação, ou oriundo de outras atividades não relacionadas ao contrato de gestão ou ao patrimônio cedido, incumbindo-se à entidade comprovar a origem do patrimônio respectivo, por meio dos mecanismos contábeis cabíveis.”

“Art. 3º O conselho de administração, ou órgão colegiado superior similar, deve estar estruturado nos termos que dispuser o estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

IX – os dirigentes poderão receber remuneração aprovada pelo Conselho de Administração por maioria absoluta de seus membros, observados os valores praticados no mercado, segundo o grau de qualificação exigido e a especialização profissional, devidamente comprovados.

Parágrafo único. Legislação estadual, distrital ou municipal poderá prever composição diferente da disposta neste artigo para as organizações sociais qualificadas no âmbito do respectivo ente federado.”

“Art. 5º

§ 1º A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e imóvel, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º O Poder PÚBLICO dará publicidade, mediante chamamento público, da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando atividades que deverão ser executadas e o fomento correspondente, observadas as atividades previstas art. 1º desta Lei.

§ 3º A celebração do contrato de gestão será precedida de chamamento público.

§ 4º A proposta da organização social deverá conter prova de que seu quadro de pessoal contém profissionais com formação específica e de experiência comprovada ou notória competência ou conhecimento para a gestão das atividades a serem desenvolvidas.

§ 5º O contrato de gestão terá prazo inicial de vigência de até vinte anos, prorrogável sucessivamente, por meio de termo aditivo, condicionado à demonstração do cumprimento de seus termos e de suas condições.

§ 6º Em até 180 (cento e oitenta dias) antes do término de vigência do contrato de gestão, o Poder Público deverá proceder a convocação pública para seleção de nova organização social.

§ 7º O disposto no parágrafo anterior não se aplica na hipótese de o Poder Público optar por prorrogar o prazo de contrato de gestão em vigor ou eleger outro modelo de gestão.

§ 8º Os gastos com força de trabalho das organizações sociais não deverão ser incluídos nas despesas de pessoal para fim de cálculo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 9º A contratação de empregados e empresas prestadoras de serviço pela organização social será regida em conformidade com as leis trabalhistas e o direito civil, devendo ser conduzidos de forma pública, objetiva e imparcial, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e nos termos dos regulamentos próprios a serem editados por cada entidade.

§ 10. O órgão supervisor ou a entidade supervisora deverá introduzir cláusulas no contrato de gestão dispendendo sobre limite prudencial de despesas com pessoal em relação ao valor total de recursos do contrato de gestão e mecanismos de controle sistemático pela autoridade supervisora.

§ 11 A organização social poderá praticar reserva técnica de até 15% (quinze por cento) do valor da parcela mensal de custeio para formação de fundos destinados a provisões, bem como para pagamento de verbas devidas em virtude de rescisões trabalhistas, rescisões contratuais, pagamento de reclamações trabalhistas e demais valores devidos em virtude de processos administrativos ou judiciais que se prolonguem no tempo.

§ 12 O contrato de gestão poderá prever a destinação de recursos para qualificação de funcionários, desenvolvimento institucional, promoção socioambiental e desenvolvimento de parceria na área de ensino, pesquisa e extensão.

§ 13 Os repasses do Poder Público à organização social poderão ser utilizados para compra de equipamentos, obras e outros investimentos, conforme previsão no contrato de gestão.”

“Art. 5º-A. É facultado ao Poder Público celebrar mais de um contrato de gestão com uma mesma organização social.

Parágrafo único. Fica a organização social autorizada, por motivo de economicidade, a centralizar operações de gestão dos contratos, devendo haver separação contábil e financeira dos recursos recebidos e das despesas destinadas à execução de cada um dos contratos.”

“Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social, devendo prever, necessariamente, critérios de sucessão em caso de transferência da unidade sob gestão para nova entidade.

§ 1º O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

§ 2º O contrato de gestão deverá prever a obrigação de a Administração Pública ressarcir a organização social pelas despesas,

encargos financeiros e prejuízos decorrentes de atraso ou transferência incompleta dos repasses.

§ 3º O contrato de gestão poderá prever a sucessão das obrigações de uma organização social para outra ao término do contrato, desde que na convocação pública sejam disponibilizadas informações que garantam a apuração, pelas organizações sociais interessadas, do valor que será assumido na sucessão.

§ 4º A assunção dos direitos e obrigações de uma organização social por outra será formalizada por meio de Termo de Responsabilidade, podendo, no caso de sucessão, o saldo remanescente da reserva técnica indicada no § 9º do art. 5º desta lei ser transferido à organização social sucessora, desde que vinculado à mesma finalidade.”

“Art. 7º

II- a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções, tendo como referência a tabela de valores praticada pelas entidades privadas.

§ 1º O valor firmado no contrato de gestão deverá ter dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual a fim de garantir o repasse à organização social contratada.

§ 2º Identificado o aumento da demanda ou a necessidade de novos investimentos, poderá ser firmado Termo Aditivo que amplie o repasse de verbas para execução do contrato de gestão, bem como para modificação de seu objeto.

§ 3º Os valores transferidos mensalmente para execução do contrato de gestão, bem como as correspondentes metas quantitativas e qualitativas, deverão ser revistos anualmente, para sua manutenção, aumento ou redução, sempre no último trimestre do ano em curso.

§ 4º Caso a organização social adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 5º A penhorabilidade dos bens e valores que constituem a reserva técnica restringe-se às obrigações decorrentes, exclusivamente, da execução do objeto do respectivo contrato de gestão.

§ 6º As obrigações pecuniárias não autorizam a penhora dos bens e valores que constituem a reserva técnica se forem impostas:

I - a entes da Administração Pública;

II - à pessoa jurídica a qual integra a organização social por fatos não relacionados diretamente à execução do objeto do respectivo contrato de gestão.

§ 7º O Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada deve definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que seja signatário.”

“Art. 8º-A. Ficará impedida de celebrar contrato de gestão previsto nesta Lei a organização social que:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

II - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

III - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

b) tenha tido as suas prestações de contas avaliadas como irregulares em decorrência de omissão no dever de prestar contas; de prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar contrato de gestão enquanto não houver o resarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização social ou seu dirigente. “

“Art. 8º-B. É vedada a celebração de contrato de gestão previsto nesta Lei que tenha por objeto, envolva ou inclua, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia, de fomento ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado;

III - a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado.”

“Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da tutela de urgência adequada à asseguração do direito patrimonial do Poder Público, como a indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º As medidas previstas no caput serão processadas de acordo com o disposto no art. 300 e seguintes do Código de Processo Civil.

.....”

“Art. 10-A. A organização social com contrato de gestão vigente estará sujeita ao controle interno do Poder Executivo e ao controle externo do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público.

Parágrafo único. Os controles referidos no *caput* não podem implicar interferência na gestão lícita das organizações sociais a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.”

“Art. 16

.....

§ 3º A organização social desqualificada por motivos de inidoneidade ficará impedida de celebrar novo contrato de gestão com qualquer outro órgão público, no âmbito de toda Administração Pública federal, distrital, estadual e municipal, bem como seus dirigentes impedidos de compor outra organização social pelo prazo de dez anos.”

“Art. 17-A. O contrato de gestão previsto nesta lei tem natureza diversa dos contratos administrativos em geral, não se lhes aplicando, ainda que de forma supletiva ou subsidiária, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais leis ou normativos federais referentes a licitações e contratos públicos.”

Art. 2º A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a “Seção VII – Da Rescisão”, acrescida ao Capítulo I – DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, com o seguinte texto:

Seção VII Da Rescisão

Art. 16-A. É facultado ao Poder Público e à organização social rescindir o contrato de gestão antes do prazo, por acordo amigável entre as partes ou unilateralmente.

§ 1º O Poder Público poderá rescindir unilateralmente o contrato de gestão:

I - quando a organização social houver descumprido substancialmente seu teor e não tiver sanado a falta em até 60 (sessenta) dias, contados da notificação do Poder Público;

II - em decorrência de insolvência civil da organização social ou sua dissolução;

III - em razão de interesse público justificadas e determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;

§ 2º A organização social poderá rescindir unilateralmente o contrato de gestão:

I - quando houver atraso, total ou parcial, superior a 90 (noventa) dias, de valores devidos pelo Poder Público;

II - pela ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente justificado e aceito pelo Poder Público com notificação prévia de no mínimo de mínimo 60 (sessenta dias);

§ 3º Considera-se descumprimento substancial do contrato de gestão pela organização social:

I – a aplicação das verbas transferidas pelo Poder Público ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, para outros fins que não o cumprimento do objeto do contrato de gestão;

II - o descumprimento de obrigações previstas no contrato de gestão que não tenha sido sanado após notificação do Poder Público.

§ 4º Em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem e situação emergencial decretada pelo Poder Público, o prazo para adequação da organização social por quaisquer descumprimentos será suspenso enquanto vigorar a decretação.

§ 5º O descumprimento do contrato de gestão pela organização social por atraso no repasse em prazo superior ao previsto no § 2º, não configurará inadimplência e não poderá ensejar rescisão unilateral pelo Poder Público.

§ 6º No processo de rescisão, a quitação das obrigações trabalhistas terá prioridade no uso da reserva técnica.

§ 7º Fica o Poder Público, quando estiver inadimplente no contrato de gestão, obrigado a suplementar os valores necessários à quitação das obrigações trabalhistas, em caso de insuficiência da reserva técnica, no limite do valor de inadimplência.

§ 8º O inadimplemento dos valores devidos à organização social imputará à Administração Pública a responsabilidade exclusiva pelos débitos trabalhistas e fiscais, limitados ao valor inadimplido.

§ 9º A organização social responderá exclusivamente pelos débitos trabalhistas e fiscais que ultrapassarem o valor do inadimplemento da Administração Pública.

§ 10. A administração Pública não terá nenhum tipo de responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, dolosa ou culposa, por débitos trabalhistas e fiscais que ultrapassem os valores inadimplidos à organização social.

§ 11. Em caso de inadimplemento, a Administração Pública, para fins do disposto no § 8º, deverá figurar como litisconsorte passivo no processo em que litiga a organização social.

§ 12. O pagamento dos débitos de que trata o § 8º pela Administração Pública configurará quitação na mesma medida do inadimplemento para com a organização social.

§ 13. A sucessão sub-roga à sucessora ou ao Poder Público todos os haveres e deveres futuros, a partir da consolidação da rescisão do Contrato de Gestão.

§ 14. A empresa cujo contrato de prestação de serviços seja rescindido pela organização social não fará jus ao recebimento de eventual multa rescisória se for recontratada pelo Poder Público ou por organização social que se sub-rogue no contrato de gestão rescindido.

§ 15. A recontratação pela sucessora de empregados demitidos pela organização social anterior fica submetida aos termos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

“Art. 16-B. No processo de rescisão:

I – se for o Poder Público a parte rescisora, a organização social deverá ser comunicada sobre o interesse de revogação do contrato por ofício;

II – se for a organização social a parte rescisora, o Poder Público deverá ser comunicado oficialmente após deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º Após o registro de ciência pela parte notificada, por ofício, o órgão supervisor do contrato de gestão deverá publicar no Diário Oficial a abertura do processo de transição.

§ 2º Deverá constar do Diário Oficial o tempo para o processo de transição da administração, garantidos prazo mínimo de 120 (cento e vinte dias) e máximo de 1 (um) ano;

§ 3º O prazo estipulado para o processo de transição conta-se a partir da publicação no Diário Oficial, sendo vedada a retroação.

§ 4º A rescisão do contrato de gestão se efetivará após cumprido o prazo estipulado no processo de transição.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, 20 de junho de 2018.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 427/2017)

NA 22^a REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR WILDER MORAIS REFORMULA SEU RELATÓRIO QUE PASSA A CONCLUIR PELA APROVAÇÃO INTEGRAL DAS EMENDAS N° 4-S E 5-S, PELA APROVAÇÃO DA EMENDA N° 8-S NOS TERMOS DA SUBEMENDA QUE APRESENTA, PELA APROVAÇÃO DA EMENDA DE REDAÇÃO QUE APRESENTA E PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS N° 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S E 13-S.

A PRESIDÊNCIA DESIGNA O SENADOR RANDOLFE RODRIGUES RELATOR DA EMENDA DE REDAÇÃO OFERECIDA PELO SENADOR WILDER MORAIS.

A COMISSÃO APROVA O SUBSTITUTIVO EM TURNO SUPLEMENTAR, AS EMENDAS N°S 4-S-CCJ, 5-S-CCJ, 14-S-CCJ (DE REDAÇÃO), A EMENDA N° 8-S NOS TERMOS DA SUBEMENDA N° 1-CCJ E REJEITA AS EMENDAS N°S 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S E 13-S.

20 de Junho de 2018

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania